

Iª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA CPLP
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA POR MEIO DA AGRICULTURA

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA AGRICULTURA E AMBIENTE DE CABO VERDE

UBERABA, MG – BRASIL, 13 a 15 DE FEVEREIRO DE 2017

EXCELÊNCIAS

SENHOR PREFEITO DE UBERABA

SENHOR MINISTRO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO BRASIL

SENHORES MINISTROS DA AGRICULTURA DOS PAÍSES DA LÍNGUA PORTUGUESA E
RESPECTIVAS DELEGAÇÕES

SENHOR SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO BRASIL

SENHOR SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS
GERAIS

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS

SENHORES EMBAIXADORES

SENHOR DIRETOR DE COOPERAÇÃO DA CPLP

SENHOR REPRESENTANTE DA FAO/ONU JUNTO DE PORTUGAL E DA CPLP

SENHOR PRESIDENTE DA FIEMG REGIONAL VALE DO RIO GRANDE

SENHORAS E SENHORES REPRESENTANTES DOS AGRICULTORES DOS PAÍSES DA
LÍNGUA PORTUGUESA

SENHORAS E SENHORES REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

SENHORAS E SENHORES REPRESENTANTES DAS ONGs

SENHORAS E SENHORES CONVIDADOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Permitam-me antes de mais felicitar o Brasil, a CPLP, a FAO e a CCIBM pela feliz iniciativa de organizar esta conferência internacional dos países que falam o português sobre um tema que nos é muito caro, ou seja, o desenvolvimento económico e a erradicação da pobreza por meio da agricultura.

Queria aproveitar o momento para agradecer o Governo Brasileiro pelo convite que fez ao nosso país para participarmos nesta conferência. É para nós um prazer muito grande e uma honra estar aqui no Brasil, nesta linda Cidade de Uberaba, num evento de partilha de conhecimentos e de construção de parcerias e soluções conducentes ao desenvolvimento do sector agrário nos nossos países. O tema não podia ser mais pertinente, pois que trata da cooperação entre os países que partilham a mesma língua, visando não só o desenvolvimento da Agricultura em si, mas também a sua importante contribuição na erradicação da pobreza.

Estamos a falar de um desafio que toca cada um dos nossos países, individualmente, num contexto muito específico. Este desafio coloca-se, igualmente, a nível de comunidades de países como a CPLP, a nível das várias regiões continentais e à escala planetária. Afinal, de entre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável para serem alcançados no horizonte de 2030, as nações do Mundo preconizam acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, e erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

No âmbito deste grande desiderato mundial, de per si já bastante complexo, convém frisar que daqui até 2050 a população do planeta vai-se aumentar dos atuais 7,2 para 9,6 biliões de pessoas. Considerando este aumento populacional e o desafio da erradicação da fome, estima-se que a demanda de alimentos deverá ter um incremento de 60% daqui até 2050.

Estes desafios são colocados em cada um dos países do mundo. Cabo Verde situa-se entre os países que têm ainda uma longa caminhada a fazer em matéria de desenvolvimento sustentável da agricultura e de redução da pobreza, sobretudo no meio rural.

Sendo um pequeno país insular e vulcânico, com apenas 4.033 km² de superfície terrestre, situado no prolongamento do Sahel, onde o clima é o subtropical seco, com uma estação de chuvas irregular de 3 meses e uma média pluviométrica que não ultrapassa os 300mm, Cabo Verde apresenta ecossistemas muito frágeis e uma grande escassez de recursos naturais. Basta dizer que apenas cerca de 10% das suas terras são aráveis, sendo a aridez climática e a escassez hídrica os factores mais limitantes do desenvolvimento da Agricultura.

Assim, e dado o tema da nossa conferência, permitam-me caracterizar, de forma muito sucinta, a Agricultura cabo-verdiana. Ela é praticada sazonalmente em cerca de 95% das terras e em regime de sequeiro, sendo a cultura tradicional o milho consociado com feijões, em pequenas explorações familiares de subsistência, cuja superfície é inferior a 1 hectare, na sua maior parte. O restante constitui regadio permanente, voltado sobretudo para a horticultura e para a fruticultura, também maioritariamente em explorações familiares, estas também pequenas, isto é, mini-parcelas inferiores a 0,7ha. Para tal, grande esforço vem sendo empreendido na mobilização da água, antes através da perfuração e exploração dos aquíferos e mais recentemente na edificação de barragens. Afinal, em Cabo Verde a agricultura consome cerca de 80% da água, apesar dos esforços realizados na massificação dos sistemas de rega localizada gota-a-gota e num contexto em que boa parte da água para o abastecimento à população provém da dessalinização. Quase todas as explorações familiares praticam a pecuária de pequena escala, de efectivo variado de suínos, caprinos, ovinos, bovinos e aves. As grandes unidades intensivas existentes no país são essencialmente avícolas, poucas são suinícolas.

Em virtude das limitações de ordem natural, a produção agrícola está aquém do seu potencial, especialmente no que se refere à horticultura e fruticultura e à pecuária de pequenos ruminantes, suínos e aves. Está claro que com pouca terra arável e encontrando-se numa região árida, o país não está vocacionado para a produção de cereais e óleos vegetais, pelo que se explica desta forma a sua dependência estrutural da importação de alimentos do exterior. Contudo, dada a sua orografia, beneficia de condições edafo-climáticas especiais em certos sítios, diria microclimas, que permitem a diversificação de produtos, ainda que em pequena escala.

Os desafios que o país enfrenta em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional são grandes. Os dados disponíveis indicam que cerca de 69% das famílias vive em segurança alimentar, 20% vive na situação de insegurança alimentar e cerca de 11% encontra-se na linha limítrofe da segurança alimentar, ou seja, pode cair na situação de insegurança alimentar, caso sofra algum choque importante. O consumo médio de alimentos por pessoa e por ano é estimado em 210 kg de cereais, 21 kg de feijões, 20 kg de carne, 80 kg de peixe e 80kg de produtos hortícolas. O consumo energético diário por pessoa é em média de 2.716kcal, portanto acima dos 2.500kcal/dia considerado suficiente para o metabolismo e actividade física normais.

Do ponto de vista nutricional o nosso país encontra-se numa fase que os especialistas consideram de transição, típica dos países em desenvolvimento, já que cerca de 4% dos adultos entre os 25 e 64 anos sofre de malnutrição, ao mesmo tempo que 26% apresenta excesso de peso e 10,5% tem obesidade.

A agricultura representa 8% do PIB nacional, que ainda se situa à volta de 3.600 USD por habitante. Com efeito, a economia do nosso país, de pouco mais de meio milhão de pessoas, está voltada sobretudo para a prestação de serviços, especialmente nas áreas do turismo, comércio e transportes, responsáveis por cerca de 75% do PIB e pela indústria ligeira que representa quase 17% do PIB.

A contribuição da Agricultura para o PIB nacional é baixa, mas o sector agrário emprega mais de 25% da população activa do país. É neste contexto que se poderá compreender que, à semelhança dos demais países da região, a pobreza incide mais no meio rural, no nosso caso em quase 45%, com maior prevalência nas famílias chefiadas por mulheres.

Senhoras e senhores

Espero que estes dados e informações permitiram-vos situar, ainda que de forma genérica, o estado do sector agrário em Cabo Verde. Permitam-me afirmar aqui que o Governo de Cabo Verde, apesar das limitações de ordem natural e de certa forma

estruturais acima apontadas, definiu no seu programa a transformação da agricultura de subsistência numa actividade rentável para as famílias. Estamos convictos de que a pobreza, não sendo uma fatalidade, ela pode ser debelada através da implementação de políticas assertivas, designadamente no setor da Agricultura.

Programas e projectos importantes do sector agrário inserem-se na estratégia nacional de crescimento e redução da pobreza, especialmente no meio rural. E faço questão de afirmar que para mitigar as limitações naturais a que me referi há pouco, Cabo Verde, com apoio de países amigos e organismos internacionais de cooperação, lançou com sucesso há algumas décadas atrás, a partir do último quartel do século transato, um amplo programa de conservação de solos e água. Arborizou mais de 80 mil hectares de terreno e construiu uma rede muito significativa de infraestruturas antierosivas e de conservação da água em todas as ilhas, especialmente nas de maior vocação agrícola. Como já referi, o país explora em larga escala as águas subterrâneas, começou a utilizar as águas residuais tratadas e recentemente construiu algumas barragens, além de incentivar há mais de duas décadas a utilização de tecnologias de rega voltadas para a economia da água.

Com efeito, os resultados deste programa, em termos de restauração de ecossistemas e de aumento do potencial agro-silvo-pastoril nos vários estratos agro-climáticos das ilhas, têm sido muito positivos. A estratégia é portanto assertiva e encoraja um maior investimento no desenvolvimento do sector agrário.

Até porque este sector tem de se adaptar às mudanças climáticas que, como todos sabemos, são mais severas nos pequenos estados insulares em desenvolvimento. E no nosso caso terão como consequência o agravamento da seca, maior risco de salinização das águas subterrâneas, a degradação dos solos e a deterioração dos ecossistemas, especialmente nas zonas costeiras. Há que implementar medidas de resiliência e de redução de riscos na agricultura, sob pena da degradação dos recursos naturais e o agravamento da pobreza.

O Governo de Cabo Verde assume o desafio da consolidação de sistemas produtivos, sejam eles unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas, eficientes, com tecnologias inovadoras de produção, que encaram a agricultura como um negócio rentável, para o abastecimento não só da população local, mas também voltado para o mercado do turismo.

A aposta é na massificação de culturas protegidas sobretudo para a produção hortícola, na fruticultura e produção de leguminosas em substituição do milho nos estratos sub-húmido e semiárido; na protecção de solos, integrando a arboricultura fruteira nas encostas do estrato sub-húmido, as tamareiras nos vales das zonas litorâneas e sub-litorâneas e a pastagem melhorada e como medida anti-erosiva; a nível da pecuária vamos priorizar as espécies de ciclo curto – avicultura intensiva, pequenos ruminantes, suinicultura e cunicultura; vamos promover mais a transformação agropecuária – maior produção de queijos, charcutaria, vinhos, frutas secas, compotas e doces, e café para nichos especiais, e outros produtos transformados com valor acrescentado.

Com efeito, muitas medidas neste sentido estão em curso. No quadro da sua estratégia para o crescimento e redução da pobreza, de entre projectos estruturantes inscritos no orçamento do Estado, o nosso país vem implementando um programa que promove oportunidades socioeconómicas rurais, mediante a materialização um número muito substancial de projectos familiares no sector da agricultura e pescas na maior partes das ilhas.

Mas estamos conscientes de que estas medidas não chegam. Para fazer crescer a economia e reduzir a pobreza de forma mais incisiva e duradoura, será necessário maior esforço de investimento em matéria de investigação agrária e extensão rural, ordenamento agrícola, mobilização e disponibilização da água, melhoria e densificação de acessibilidades, resolução de questões fundiárias, sistemas céleres e eficazes de financiamento, programas de formação e profissionalização dos trabalhadores agrícolas, apoio à organização de pequenos produtores e outras medidas de fomento agrário.

Sabemos que estes desafios não são poucos e não são fáceis de vencer. Porém, o país está mobilizado para trabalhar arduamente para a sua materialização, os produtores agrícolas são empenhados e estamos convictos que a tarefa será facilitada pela Cooperação, neste caso entre os países de língua portuguesa e com as agências internacionais especializadas como a FAO e instituições financeiras.

Antes de terminar, apraz-me agradecer o Brasil e aos demais países amigos aqui presentes pela cooperação desenvolvida com Cabo Verde ao longo da sua existência soberana.

Hoje estamos aqui para reafirmar o nosso empenho na intensificação da parceria entre os países da CPLP em prol do desenvolvimento sustentável da agricultura e da erradicação da pobreza. Estou seguro de que, com o comprometimento de todos os parceiros e atores aqui representados, vamos realizar os objectivos da nossa cooperação.

Muito obrigado